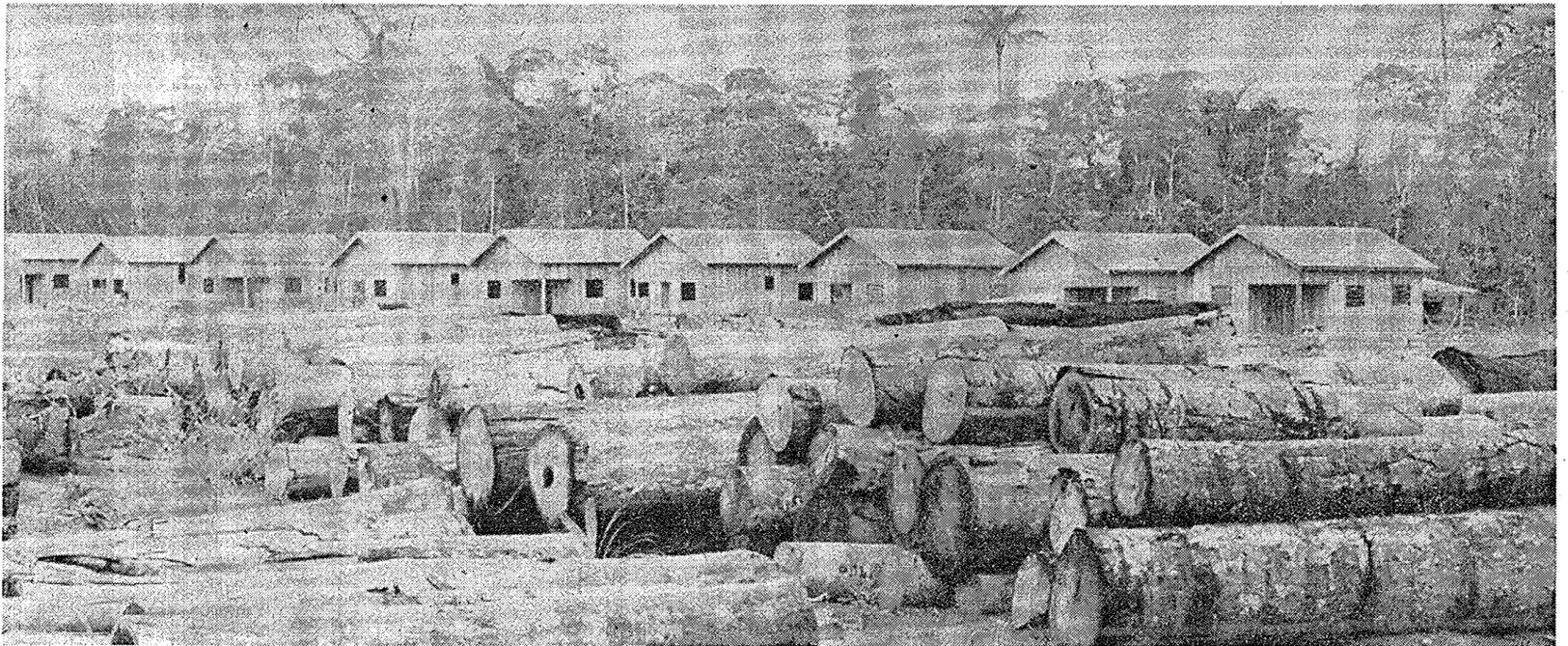


Ocupação sem pesquisas, o risco da AM

LUIS FERNANDO EMEDIATO

Já se pensa em conhecer a Amazônia para só depois ocupá-la toda. Uma notícia como essa certamente traria satisfação aos ecologistas e aos empresários previdentes, para os quais a acumulação do capital deve se dar lado a lado com a manutenção dos recursos naturais renováveis, já que nada mais poderia ser acumulado a partir de sua extinção definitiva. Tão cedo, porém, eles não estarão satisfeitos: as pesquisas anunciadas nas últimas semanas, uma delas com dinheiro norte-americano, são insuficientes para as gigantescas necessidades da maior e mais desconhecida região do mundo. Ao lado disso pretende-se executar, na Amazônia, experiências perigosas.

Importaria saber, também, como e em que extensão de área as pesquisas e experiências serão desenvolvidas, e qual o seu objetivo imediato, ou seja, que interesses definirão sua linha, suas prioridades. Na intricada teia de mitos e contradições que, desde o início, tem amarrado o processo de conhecimento da Amazônia, era necessário, segundo ressalta um técnico, conferir aos trópicos úmidos uma importância maior. Esse mesmo técnico chega a dizer que as pesquisas na Amazônia não custariam o que se imagina, e que talvez fosse mais fácil desenvolvê-las se as árvores tropicais estivessem na Lua.



Conhecer a região antes de ocupá-la é a sugestão que muitos cientistas defendem para a Amazônia. Mas faltam recursos para as pesquisas

Pecuária, objetivo do projeto americano

O anúncio de que a partir de fevereiro os Estados Unidos pretendem aplicar 10 milhões de dólares por ano, num período de 10 a 20 anos, na pesquisa da floresta amazônica, para seu futuro aproveitamento econômico, traz novamente à discussão esse controverso assunto: como conhecer a Amazônia e, isso posto, como desenvolver ali atividades agrícolas e industriais em grande escala.

Ao que se sabe, o projeto norte-americano, assinado pelo World Wildlife Fund — WWF —, será executado com recursos da OEA, em convênio com o Instituto Nacional de Pesquisas da Amazônia (INPA), organismo subordinado ao Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq), hoje responsável pela maior parte das pesquisas — ainda precárias — sobre o ecossistema amazônico.

O chefe do Departamento de Ecologia do INPA e coordenador do projeto, Herbert Schubart, não só confirmou a disposição do World Wildlife Fund como informou que os estudos estarão voltados exclusivamente para o desenvolvimento do setor agropecuario. Esse setor é o principal responsável, até agora, pelos maiores desmatamentos na Amazônia, através de 336 projetos, concentrados em 8 milhões de hectares de terras, a maioria no Sul do Pará e no Norte do Mato Grosso.

O projeto norte-americano, portanto, ficará circunscrito a uma área de 10 mil hectares no distrito agropecuario de Manaus, e pretende avaliar, segundo esclareceu Schubart, a influência dos desmatamentos na extinção da vida animal e no esgotamento dos solos, definindo-se, afinal, o tamanho de uma reserva florestal mínima para a manutenção do equilíbrio.

Até hoje não se sabe exatamente que extensão florestal deve ser preservada, num ecossistema, e os cientistas se dividem até mesmo quanto ao tamanho da área adequada para as experiências antes da definição do que deve ser preservado. Essas controvérsias assumem um tom apaixonado e quase irracional quando relativas à Amazônia, região vista agora mais como um patrimônio da humanidade do que exclusivamente dos países que a contém, entre eles o Brasil.

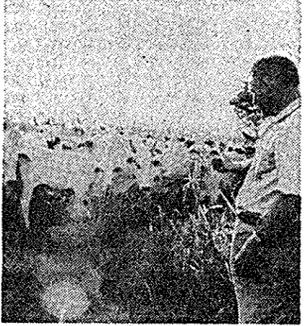
Mas além da experiência do World Wildlife Fund, que envolverá cientistas brasileiros e estrangeiros, é provável que se desenvolvam na Amazônia brasileira, nos próximos anos, mais e mais experimentos de igual e até maior porte, devido às pressões nacionais e internacionais para a sua efetiva ocupação. A intensificação dessas "experiências", entretanto, não tem alegrado aos cientistas. Há poucas semanas, a intenção do IBDF de testar a exploração florestal num projeto denominado "Tapajós" desencadeou de-

se encontrada polémica em torno da questão.

CRITÉRIOS INDEFINIDOS

Além do IBDF, que defende uma exploração através de critérios "racional", embora de acordo com os conservacionistas, ainda não se sabe que critérios seriam estes, dado a inexistência de pesquisas sobre o assunto, também a Sudam — outro organismo oficial — guarda, em seus arquivos, um trabalho intitulado "A Floresta Amazônica Brasileira — Enfoque Econômico-Ecológico", assinado pela diretora de seu Departamento de Recursos Naturais, Clara Pandolfo.

Esse trabalho, que vem circulando com insistência nos meios florestais, e que tem causado polémicas mesmo entre os que se dedicam ao negócio, zônio.



defende a idéia de que a Amazônia tem a vocação florestal como principal condicionante, em qualquer política de desenvolvimento que ali se pretenda executar. Em todo o mundo, porém, não se ignora que até agora a exploração da madeira na Amazônia tem-se revelado inviável, do ponto de vista econômico, devido às condições inóspitas nas quais deve se realizar.

Foi a própria Sudam, de resto, que iniciou a desastrosa política de ocupação pioneira pela pata do boi — uma política hoje em franco recesso, mais pelas consequências ecológicas advindas do desmatamento e do esgotamento das pastagens que da vontade dos agropecuaristas, aos quais prezaria continuar destruindo dos incentivos fiscais concedidos magnanimamente pelo governo.

Como a agricultura, para desespeiro de outra autarquia, o Inca, resultou em igual desastre, é de se supor que a Sudam pretenda fazer novo experimento — dessa vez com o controvertido "Programa de Desenvolvimento do Setor Madeireiro", engatilhado para entrar em ação tão logo o governo central dê o sinal verde para a arrancada.

"A política florestal preconizada pela Sudam para a Amazônia representa uma mudança radical nos processos atuais", ressalta Clara Pandolfo em seu trabalho. "Procurando dar à exploração madeireira as características de uma atividade permanente, objetiva-se convertê-la num dos meios válidos — certamente o mais válido — de colonização da Amazônia".

O que a Sudam pretende, enfim, é criar na região 12 "florestas regionais de rendimento", numa área de 39.504.000 hectares, suficientemente gigantesca para fazer arrear os ecologistas, embora a exploração florestal, se bem manejada, não remove uma cobertura verde, ainda que a degrade do ponto de vista econômico e ecológico.

Nessas florestas de rendimento, "a exploração madeireira adquiriria características de racionalidade, através do binômio governo-empresa, obedecendo a diretrizes e normas previamente estipuladas", argumenta Clara Pandolfo, ressaltando o fato de que seria organizada uma atividade irregular, desenvolvida hoje de forma predatória.

DEVASTAÇÃO LEGALIZADA

Ocorre, entretanto, que não atuam na Amazônia mais do que meio milhão de serrarias. Para o botânico paulista Mário Guimarães Ferré, da USP, o que a Sudam pretendia, com essa "organização", seria tornar legal e institucionalizada uma devastação que se processa em menor escala e sem maiores danos, ainda que, com o correr do tempo, esses danos acabem se acumulando, ao ponto de preocupar.

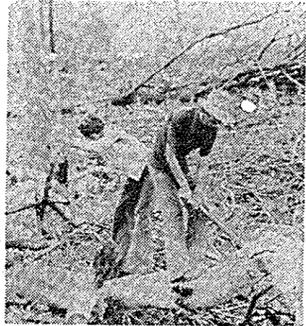
Como também o IBDF planeja explorar o potencial madeireiro da Amazônia, essa sua intenção acabou tornando-se o principal assunto da imprensa, nas últimas semanas, com a divulgação de uma notícia ambígua, dando, como fato em vias de consumar-se, a criação, pelo governo brasileiro, de uma nova política florestal, baseada em "contratos de risco", a serem assinados entre a União e empresas madeireiras de outros países.

A intenção do IBDF na verdade existe, mas os contratos não. O que há é um estudo preliminar da FAO, intitulado "Contratos de Utilização Florestal, com Referência Especial à Amazônia Brasileira", assinado pelo técnico F. Schmitz, e o escritório de instituições florestais daquela organização internacional.

Ao longo das 35 páginas do relatório de Schmitz, a expressão "contrato de risco" aparece uma única vez, e fora do sentido característico aos contratos assinados entre a Petrobrás e empresas estrangeiras de prospecção e exploração petrolífera. O IBDF, por sua vez, não pretendia "vender" a

madeira da Amazônia, para pagar a dívida externa do País — informação que causou as maiores indignações — mas sim arrendar áreas florestais, no futuro, sempre por um período determinado.

O trabalho de Schmitz, de resto, não passava de um relatório decorrente de uma visita de apoio técnico feita ao Brasil pelo técnico da FAO, de 16 de julho a 6 de agosto do ano passado (1977), a pedido do próprio governo brasileiro. Schmitz, que não poderia imaginar a que grau de passionalismo chegariam as discussões sobre o assunto, chamava a atenção para a carência de pesquisas sobre a floresta amazônica e aconselhava discussões "de alto nível" sobre a criação de novas políticas pelo IBDF. E aconselhava, entre outras coisas, o harmônico entrosamento entre os vá-



rios organismos envolvidos na questão.

PRIMEIRA EXPERIÊNCIA

É exatamente esse entrosamento que não existe. A Sudam (subordinada ao Ministério do Interior) está sempre em conflito com o IBDF (subordinado ao Ministério da Agricultura), embora tenham, sobre a floresta amazônica, o mesmo ponto de vista. Se a Sudam desejaria colocar em exploração suas 12 florestas de rendimento, o IBDF gostaria, embora em menor escala, de experimentar o seu "Projeto Tapajós", uma espécie de expe-ênica-piloto que se realizaria nas proximidades de Santarém, onde o rio Tapajós entra em confluência com o Amazonas.

Uma área de 165 mil hectares na Floresta Nacional do Tapajós, que possui ao todo 600 mil hectares, seria a "cobala" para essa experiência-piloto que, se bem sucedida, acabaria extrapolada para outras áreas — quem sabe para a Amazônia inteira. Ali, o IBDF testou 50 das 400 ou 500 espécies florestais já inventariadas (a floresta amazônica possui cerca de 4.000 espécies). "Com base na caracterização

tecnológica e consequente seleção das principais espécies, foram intensificadas as pesquisas visando a obtenção de produtos de alto valor comercial", informa Paulo Berutti, o presidente do IBDF.

Berutti garante que pelo menos 16 espécies florestais existentes em grande escala na Amazônia ultrapassam as propriedades normalmente exigidas para seu aproveitamento. Mas na verdade pouco ou quase nada se conhece a respeito da floresta amazônica como um todo, assim como do relacionamento de suas 4.000 espécies. Há mesmo quem defenda a realização de um gigantesco tratado de sociologia vegetal que, se iniciado agora, com amplos recursos, só estaria concluído no final do século, e que por si só dá uma idéia das dimensões do problema.

Tanto empresários mais previdentes quanto algumas autoridades e cientistas concordam; alguns mais, outros menos, que antes de se proceder a determinada exploração econômica é necessário conhecer a área pioneira na qual se atuará. A não ser, é claro, que o único objetivo seja acumular capital, sem preocupação com as gerações futuras.

As pesquisas a serem desenvolvidas com apoio norte-americano, pelo INPA, a partir de fevereiro, e as outras, relativas ao "Projeto Tapajós", do IBDF, e à exploração das florestas regionais de rendimento, da Sudam, podem ser classificadas debaixo da denominação geral de "experiências". Elas diferem, entre si, quanto à extensão da área selecionada para os "testes" ou quanto aos objetivos, mais ou menos imediatos.

Em comum, têm ainda o fato de as pesquisas previstas são insuficientes, dado o volume das necessidades, quando se fala numa região tão vasta e de comportamento ecológico tão complexo. Daí porque o técnico Paulo de Tasso Alvim, da Ceplac (Comissão Executiva do Plano de Recuperação da Lavoura Cacaueira) às vezes de desconsolo, quando fala a respeito da pesquisa básica na Amazônia. Quando diz, por exemplo, o seguinte:

"Estou convencido de que a solução deste problema não é tão difícil como, por exemplo, a extraordinária façanha científica de enviar o homem à Lua. Isto me faz indagar se o problema de desenvolver os trópicos úmidos não teria sido já resolvido se as árvores do trópico úmido também não existissem na Lua. Sem dúvida, as pesquisas ecológicas e agrícolas com o propósito de alcançar melhor qualidade sustentável de vida humana nos trópicos seriam menos dispendiosas que as pesquisas espaciais e obviamente serviriam a uma causa muito mais nobre".

Definir áreas experimentais, problema que preocupa

Quando se pretende realizar uma experiência qualquer em determinado ecossistema, para avaliar suas possíveis reações à intervenção do homem, a primeira providência é a definição da área na qual se introduzirão, em escala experimental, modificações capazes de romper o equilíbrio ecológico. A prática tem demonstrado, em todo o mundo, que o experimento numa grande área é prejudicial e não deve ser adotado, pois às vezes os prejuízos dele decorrentes são irreparáveis.

Na verdade, uma experiência em grande escala deixa de ser experiência para ser já uma atividade econômica. O fato de a Amazônia quase tudo ser gigantesco não justificaria, segundo alguns cientistas, o aumento das escalas experimentais. Dessa forma, seria ilógico, por exemplo, devastar-se uma área equivalente à extensão territorial do Estado de Alagoas, ou da Holanda,

para se estudarem depois as reações ambientais na região, no país ou no mundo.

Até hoje não se sabe que área mínima de florestas deve ser preservada, num ecossistema tropical, para a manutenção do seu equilíbrio, embora o assunto preocupe a ciência há pelo menos dois séculos. Quando, em 1820, a Real Academia de Ciências da Bélgica organizou um concurso para a solução do problema, o francês Du Hamel du Monfort definiu, para as condições existentes na Europa Central, uma área florestal permanente da ordem de 20 por cento da área total. A área ideal, entretanto, deveria situar-se entre 25 e 30 por cento.

Mas tal recomendação não é definitiva. Com relação ao clima, por exemplo, a porcentagem mínima de florestas deve ser tanto mais elevada quanto maior for a intensidade do sol, a temperatura do solo e a incidência das chuvas.

Também as áreas para a realização de experiências têm de ser cuidadosamente definidas, lembra Gerhard Speidel, o presidente do Conselho Florestal da República Federativa da Alemanha e coordenador do Lufro, organização que reúne 500 institutos florestais em todo o mundo. Ele esteve recentemente no Brasil e, numa de suas palestras, chamou a atenção para prováveis experiências desse tipo na Amazônia.

No entanto, argumenta Speidel, não existe nenhum método prático, econômico e definitivo, através do qual se possa determinar exatamente a porcentagem mínima de florestas, mesmo sem considerar que na própria região amazônica esta porcentagem deveria variar muito. Assim, essa porcentagem só poderia ser determinada empiricamente, através de experiências sistemáticas nas diferentes sub-regiões.

É o que se pretende fazer na Amazônia,

mas os experimentos em grande área, como seriam os da Sudam e do IBDF, acabariam com efeitos desastrosos e imprevisíveis. Speidel chama a atenção para isso: "Através de um experimento em grande área, a área florestal é sempre diminuída, até que se tornem conhecidos os eventuais danos, motivados pela diminuição da fertilidade do solo, pela erosão ou pela diminuição do crescimento das plantas. Então pode-se decidir se estes danos devem ser aceitos ou se eles devem ser reparados e, neste caso, como podem ser reparados".

Quer dizer: primeiro, provoca-se o desastre, como se o homem quisesse criar o Apocalipse. Depois, pensa-se de que forma o erro pode ser concertado, como se, após o Apocalipse, o Gênesis fosse outra vez possível. Speidel cita como exemplos razoáveis de experiências mal sucedidas a ocupação do Centro-Oeste norte-americano ou a de-

vastação no Estado de São Paulo. O experimento em grandes áreas seria a pior solução, porque o fator tempo não é lavado em conta — ou seja, a continuação dos "testes", a extensão total de sua reação em cadeia só é conhecida depois de longo tempo.

Por essa razão, só se deve desenvolver tais "projetos-piloto" em áreas de tamanho limitado — se é que se pensa realmente em promover o desenvolvimento, entendido como atividade econômica duradoura, prolongando-a através dos tempos. O "Projeto Tapajós", do IBDF, seria, portanto, uma experiência sobre a qual se deveria pensar mais vezes, assim como as previstas pela Sudam em suas possíveis "florestas de rendimento".

Com relação à Sudam, sempre é bom lembrar que, conforme está bem claro em suas publicações oficiais, tem-se como defi-

nitivo o fato de que 190,4 milhões de hectares das florestas amazônicas (68 por cento) podem ser comercialmente explorados.

É uma estimativa que preocupa os cientistas para os quais a floresta ainda é um mistério a ser decifrado. A Amazônia tem 5 milhões de km², dos quais 340 milhões de hectares estão cobertos de florestas, a maioria (280 milhões de hectares) densas e diversificadas representando 80 por cento da área florestal restante no país.

Mas é ainda a Sudam que indica apenas 47,6 milhões de hectares (17 por cento da floresta) para preservação permanente, já que os 190 milhões de hectares já referidos podem ser aproveitados e os restantes 15 por cento (42 milhões de hectares) ainda precisam ser estudados com mais vagar para só então determinar-se o seu uso correto. Ninguém garante portanto, que o avanço suicida não continuará.